



CONSTITUINTE

Criada a Frente pró-índio

Congregando iniciativas até então dispersas, embora bem intencionadas, foi formada junto à Assembleia Nacional Constituinte, no mês de março último, a Frente Parlamentar do Índio, tendo como principal finalidade a defesa dos direitos e reivindicações dos povos indígenas naquele parlamento. Composta inicialmente de 46 parlamentares, de vários partidos, ela é presidida pelo deputado Tadeu França (PMDB/PR) e pretende atuar também como instrumento de denúncia de violência praticadas contra os índios.

A Frente esteve reunida no dia 16 de março, data da votação de importante matéria sobre a exploração de riquezas minerais em terras indígenas (ver página 4), e, entre outros assuntos, tratou de se articular para um trabalho organizado em plenário. Na mesma oportunidade, seus membros decidiram encaminhar ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, um pedido de providências a respeito de agressões, inclusive manutenção em cárcere privado, sofridas pelo índio Durval Terena.

MINERAÇÃO

Durante a reunião da Frente, no dia 16, um antropólogo do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Carlos Alberto Ricardo, fez ampla exposição sobre a atividade mineradora em terras indígenas e as conseqüências negativas que ela leva às populações nativas. Mostrou, ainda, um mapa enorme, preparado por sua entidade, indicando a localização das empresas mineradoras nessas áreas, especialmente na Amazônia, colocando-o à disposição dos parlamentares para que o colocassem nas proximidades do plenário até o final das votações envolvendo questões indígenas na Constituinte. Como a medida não foi autorizada pela direção da casa, informou-se que o mapa ficaria, então, em uma sala do Anexo II da Câmara dos Deputados, para ser visto por quem se interessasse.

Carlos Alberto Ricardo disse aos constituintes que 25% do subsolo da Amazônia estão bloqueados por empresas de mineração, conforme estudo realizado em conjunto pela Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage) e o próprio CEDI (ver PORANTIM nº 101). São 23 mil 973 áreas requeridas junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral, totalizando uma extensão de 1 milhão 300 mil quilômetros quadrados.

Segundo o expositor, "a maior parte do subsolo da Amazônia é controlada por 21 grupos econômicos (51,5% do número total), com 806 mil 445 quilômetros quadrados, ou seja, 60% da superfície total requerida. São 33,5% da extensão total das áreas indígenas na Amazônia com o subsolo reservado a empresas de mineração: 560 alvarás concedidos e 1 mil 685 requerimentos em tramitação no DNPM", acrescentou.

Carlos Alberto Ricardo mostrou a importância da questão mineral na Constituinte e o mapa com a localização das grandes empresas mineradoras no território amazônico



Da esquerda para direita: senadores Severo Gomes, Mário Covas e o presidente da Frente, deputado Tadeu França, na reunião do dia 16/03

Fotos: Egon Heck